

Geografia e Nacionalismo: uma Discussão

Sobre um tema como esse que, agora, mais do que nunca, pôsto em evidência pela última guerra, aparece no plano das idéias políticas com vivo e desmesurado interesse, defrontaram-se duas figuras eminentes na matéria: o professor HAROLD A. INNIS e o professor J. O. M. BROEK. Deu ensejo à polêmica o convite dirigido pela *Geographical Review* ao professor INNIS, a propósito da sessão conjunta da Association of American Geographers e da American Historical Association, prevista no programa para a assembléia de 1942 da primeira, sobre *The Historical Approach to Geopolitics* — para que passasse em revista algumas obras recentemente publicadas sobre o assunto. Aceitando o convite, o professor INNIS lançou um verdadeiro repto à geografia e aos geógrafos e o professor BROEK foi chamado a contestar as suas acusações. Resumiremos, nas linhas que seguem, os pontos principais da argumentação de ambos, conforme se estampou no número de abril do ano de 1945 da *Geographical Review*.

REPTO DE H. A. INNIS

As ciências sociais estão mais sujeitas às condições geográficas e dependem mais do desenvolvimento cultural, em particular do estado das artes industriais (máxime dos transportes e comunicações) e das instituições políticas do que a geografia. A economia marítima, pela sua maior receptividade às transformações culturais, assegura o florescimento das ciências sociais, ao passo que a economia continental, com a rigidez que lhe é peculiar, tende a favorecer a geografia. Por sua vez, dirige-se esta, preferencialmente, ao estudo das economias continentais enquanto as ciências sociais devotam-se ao estudo das economias marítimas. Os ajustamentos entre as duas economias suscitaram conflitos e guerras, tais como os antagonismos entre a Grécia e a Pérsia, Grécia e Roma, Inglaterra e o Continente Europeu. Esses choques entre as duas economias aparecem claramente nas discordâncias, embora mínimas, entre os planos de KEYNES e de WHITE. Tanto as ciências sociais como a geografia devem envidar esforços conducentes a uma conciliação efetiva. A ascensão do nacionalismo é um sintoma de desajustamento. As ciências sociais estão impregnadas da sua influência, principalmente a economia e a história, porém, mais do que estas, a geografia, que ocupa posição intermédia entre a biologia e a física ou entre as ciências sociais e as ciências naturais, ostenta seus traços com muita nitidez, talvez pelos espantosos absurdos de seus resultados. Com a guerra, essa influência realçou-se profundamente: no curso desta os livros são feitos, como é natural, de afogadilho, com o seu conteúdo passado pelo crivo da censura, havendo ainda que considerar os pedidos urgentes dos colégios e as requisições da propaganda e da contra-propaganda. A própria rapidez das respostas correspondentes aos efeitos da guerra, acha-se ligada ao nacionalismo imanente, dependendo a fidelidade das mesmas do grau das tradições científicas e das energias canalizadas para os assuntos da guerra. Nota-se que o interesse científico tem sido desvirtuado pelo nacionalismo, que transforma as fronteiras nacionais em acidentes naturais com a fixidez dos fenômenos geológicos. Em pleno período de paz, tem-se editado atlas nos Estados Unidos e no Canadá assinalando as frequências de vento, chuva e temperatura, interrompendo-se no paralelo 49. As obras dos maiores da geografia ressentem-se desse nacionalismo. Assim, *Outline of Political Geography*, de J. F. HERRIN vale por uma propaganda ostensiva do imperialismo britânico, *Personality of France* de um VIDAL DE LA BLACHE, irradia um interesse imperialista francês que ainda se pode aferir nos volumes de ANDRÉ SIEGFRIED. Sir HALFORD J. MACKINDER é outro propagandista dos interesses britânicos. Isso para não mencionar, por uma questão de deferência, os cientistas americanos e canadenses. É de mister, pois, que, para bem aquilatar o valor da contribuição de um geógrafo qualquer, tenhamos o pleno conhecimento da sua nacionalidade, circunstâncias do meio e interesses que tiveram influência sobre ele, por assim dizer, uma geografia de geógrafos do ponto de vista espacial e temporal. MONTESQUIEU, como um dos primeiros geógrafos modernos, viveu à sombra do feudalismo e continentalismo que assomaram com o fechamento do mediterrâneo pelos maometanos no século VIII. O almirante MAHAN salientou a importância do poder marítimo quando o domínio britânico se tornou uma realidade, enquanto HALFORD J. MACKINDER em *Democratic Ideals and Reality*, fez o que pôde para transferir novamente à terra esta importância. Impende uma síntese imparcial das duas concepções.

Segundo MACKINDER, HAUSHOFER deixou-se obcecar pela importância do fundamento-terra, em detrimento do fundamento-mar, forjando a geopolítica como instrumento da guerra moderna e suporte do novo feudalismo com seus corolários de direitos territoriais. O surto de nacionalismo na Alemanha e as circunstâncias da última guerra suprimiram a independência científica da geografia, para o que também contribuiu a exclusividade dos estudos fisiográficos e a negligência das ciências sociais, que tirou à primeira as restrições e o tratamento cético. Por seus vínculos com o regionalismo e com a terra, a geografia presta-se admiravelmente à exploração por geopolíticos no interesse das tradições militaristas. Já se alvitrou que o interesse da geopolítica brotou da necessidade de uma política estável no após-guerra.

Sob essas explorações por militaristas, a geografia torna-se ridícula e perigosa. Essa mesma tendência para as generalizações prematuras nas ciências sociais, a geografia inclusive, sem se dar conta de que muitos de seus postulados não passam de hipóteses ainda por demonstrar na prática, reflete também o mito do nacionalismo e o declínio do ceticismo. Não pode escapar à nossa crítica a reprodução "exata" de *Democratic Ideals and Reality* de Sir HALFORD MACKINDER, depois de mais de 20 anos de avanço tecnológico sem precedentes. Somente as escrituras sagradas gozam do privilégio de semelhante caráter finalista. Esta tendência de ativar o nacionalismo e encorajar o novo feudalismo frutifica na tragédia da primeira metade do século XX. Este declínio do ceticismo se fez sentir melhor nas ciências sociais, talvez devido ao caráter enfático do ensino. Para este fim reduz-se tudo aos seus elementos mais simples eliminando-se deste modo o ceticismo. Mapas e cartas, como outros aparelhos congêneres, que deveriam ser tidos por meros instrumentos, com as limitações próprias de todo instrumento, são usados como objetos finos. Os compêndios tendem a cultivar a ignorância básica. Com as aplicações da matemática nas pesquisas das ciências sociais, estas revelaram uma verdadeira prodigalidade de largas generalizações e pomposos lugares comuns. Os aspectos qualitativos cederam lugar aos aspectos quantitativos.

A especialização tem dado sua contribuição para a rigidez das ciências sociais, enquanto às ciências naturais causou, a um tempo, força e debilidades. Tornaram-se dogmáticas, em seus "próprios campos" e reverentes para com os direitos das outras nos seus respectivos "campos". Chamam-nos a atenção para as maravilhas da ciência, mas os eternos problemas da sociedade são relegados ao esquecimento. Os cientistas naturais, à base da especialização, criam sistemas filosóficos fechados e os cientistas sociais tendem a seguí-los. A especialização implica numa necessidade mais imperiosa de coordenação dos resultados totais do trabalho científico.

A guerra agravou os perigos da especialização nas ciências sociais. Graças a ela os cientistas sociais, principalmente economistas, tornaram-se os mais altos dignatários da burocracia nacionalista. Os serviços das ciências sociais em prol do nacionalismo, nos países democráticos, correspondem aos da geopolítica, em proveito da mesma causa na Alemanha. Os cientistas sociais procuram armar-se, nos países democráticos, para exercer as funções que incumbiam, na Alemanha, aos geopolíticos, no plano da política internacional. Percebe-se, nos países democráticos, uma tendência finalista na geografia, talvez, em parte, decorrente do propósito de servir de traço de união entre as ciências naturais e as ciências sociais. Os geógrafos têm insistido na possibilidade da sua ciência promover a coordenação das ciências sociais, mas as suas limitações saltam à vista, como, por exemplo, nas obras sobre geografia econômica largamente descritivas e com apenas ligeiras apreciações dos problemas específicos dos economistas e de outros cientistas sociais. Do mesmo modo as limitações dos cientistas sociais, impostas pelo seu "eclesiasticismo" e inadequados enxertos matemáticos, são flagrantes nos seus escritos como um resultado da negligência da geografia. A guerra agravou ainda mais as dificuldades dos cientistas sociais e naturais, que não podem furtar-se à tentação de aceitar uma posição comodista. A guerra moderna, já o dissemos, é altamente mecanizada e a técnica de propaganda apuradamente habilidosa. Com os rápidos avanços da guerra mecanizada, propagandas e ideologias rapidamente se fizeram antiquadas. BROOKS ADAMS escreveu em *The Law of Civilization and Decay* que "até que as artes mecânicas tenham avançado bastante para conferir ao ataque a supremacia sobre a defesa, a centralização não pode ter início". A efetivação do ataque que a última guerra demonstrou torna um imperativo para os cientistas naturais e sociais e particularmente o geógrafo, indicar o rumo à necessidade de incessantes pesquisas e perquirição filosófica, no interesse das sociedades democráticas na tendência cada vez maior para a centralização. O nacionalismo impõe tremendos fardos às sociedades democráticas. A indústria

mecânica e especialmente as invenções em transportes e comunicações, vieram aumentar as possibilidades de uma sociedade internacional, mas contribuíram também, para fortalecer as defesas do nacionalismo. O cunho da propaganda alcançou os mais absurdos limites na geopolítica. Os cientistas sociais e naturais estejam de sobreaviso: é a busca da verdade, não a própria verdade que faz os homens livres.

RÉPLICA DE J. O. M. BROECK

O editor da *Geographical Review* andou acertado convidando o professor INNIS a expor os seus pontos de vista sobre recentes contribuições à geografia política. Mesmo que os seus pontos de vista não coincidam com os nossos, nos aproveitamos as suas advertências.

O interesse americano na geopolítica é, naturalmente, um fenômeno da guerra. Publicistas e editores acolheram e encorajaram todos aqueles que queriam ensaiar-se neste campo e mesmo os instavam a que o fizessem sem perda de tempo. Tais condições não poderiam senão desservir o espírito do cientificismo. Indubitavelmente se deparam formulações teóricas que não obedecem aos cânones do critério científico e poderiam mesmo ser taxadas de "espantosos absurdos" ou "ridículas" conclusões. O professor INNIS não menciona pontos específicos, limitando-se a desfechar arrasadoras acusações não só contra a geografia política senão também contra a geografia em geral. Constatamos que os seus argumentos se aplicam às ciências sociais em geral, mas é contra a geografia que desfere todo o pêso dos seus ataques. O nacionalismo é, não há negar, a causa de muitos males, mas há limites para a validade de qualquer verdade, e penso que o nosso crítico ultrapassou as medidas. Demos que o diagnóstico do professor INNIS esteja correto, resta porém atender em que os testemunhos que aduz em apoio da sua tese não estão à altura de convencer um geógrafo. Os estados nacionais *existem* de fato e os limites nacionais *são* fatos culturais que exercem freqüentemente sobre a vida humana uma influência mais poderosa do que a configuração geológica. O geógrafo, que se ocupa das diferenciações sobre a Terra, vê-se forçado a reconhecer o nacionalismo — queira-o ou não — como uma forma de diferenciação cultural. É uma posição mais compatível com a verdade (embora não o seja com a ciência em sentido estrito) do que a do economista clássico que confecciona fórmulas ou doutrinas de validade universal.

A sugestão de que carecemos de uma geografia de geógrafos é excelente, tendo-se em conta a escassez de estudos que localizem o pensamento geográfico no panorama cultural em que se desenvolve. Não subestimamos a necessidade de investigações mais detalhadas que possam constituir uma base sólida às generalizações. Muitos geógrafos já foram contratados por agências de guerra a fim de concretizarem esses trabalhos. Quanto aos mapas que, abruptamente, se interrompem nas fronteiras nacionais, nos solidarizamos com a irritação do professor INNIS, sem, todavia, deixar de reconhecer as razões práticas inerentes. Evidentemente, não podemos censurar, por exemplo, os geógrafos que compuseram o Atlas Oficial de Agricultura Americana, por te-lo feito dentro deste plano. Em compensação são bastante numerosos os produtos cartográficos de agências nacionais e internacionais que transcendem as fronteiras políticas por exemplo: os mapas da América espanhola da Sociedade Geográfica Americana, o mapa internacional, na escala de 1:1 000 000 e vários atlas meteorológicos e climáticos. No que diz respeito ao interesse nacionalista francês que se contém em *Personality of France*, se é um mal, não podemos menos de lamentar que não tenha afetado os geógrafos de outros países, a inspirá-los tão eloqüente monumento literário dos seus respectivos países como o que nos legou VIDAL DE LA BLACHE. A inclusão de HORRABIN e SIEGFRIED, nomes estranhos à geografia, na órbita do criticismo do professor INNIS, indica que a inclinação nacionalista não se restringe apenas a esta disciplina.

Afigura-se-nos difícil, a menos que se seja determinista geográfico, seguir o pensamento do professor INNIS quando se esforça por relevar o contraste entre a economia marítima e a economia continental e seus efeitos nas ciências sociais e na geografia (aparentemente não considerada aqui como uma ciência social). Se as diferenças entre os planos Keynes e White confirmam a tese, a contradição entre MACKINDER, protagonista "marítimo" do poder terrestre e MAHAN, advogado "continental" do poder marítimo, fornece um argumento ainda mais forte em contrário. É inconsistente a afirmação de que "a geografia tende a dirigir-se preferencialmente ao estudo das economias continentais". Também não tem razão em dizer que a geografia, pelo seu interesse no regionalismo e conexão com a Terra, presta-se à exploração por interesses originados da guerra. O mesmo se poderia dizer do motor de explosão por ser êle utilizado em tanques e bombardeiros. A geografia, como conhecimento das terras e dos povos, foi

sempre, em todos os tempos — e não somente após o surgimento do nacionalismo ou nazismo — a bússola de generais, mas não menos de comerciantes, exploradores e homens de estado. Por sua natureza, tanto pode aproveitar à planificação regional como a planificação de guerra. Não importa o que é a geografia mas, sim, o uso que se lhe dá. Ninguém, absolutamente, responsabiliza a antropologia pelo anti-semitismo, porque tem por objeto a raça e a cultura. O depoimento do professor INNIS sobre o declínio do ceticismo, nos alerta sobre um dos maiores perigos intelectuais do nosso tempo. Todavia, por que é este perigo mais notório na geografia do que nas outras ciências sociais? Se fracassaram os geógrafos alemães não tolhendo o avanço à geopolítica, não se acham no mesmo caso os historiadores, economistas e sociólogos em relação à constituição dos demais componentes do “credo” e mitologia nazistas? Os geógrafos americanos demonstraram infimo interesse em face da geopolítica até o momento em que a expansão alemã teve início em 1938. Esta primeira atitude deve-se antes à apatia intelectual do que a um ceticismo positivo. O erro consiste para nós, precisamente, em não termos apreendido a importância desta doutrina germânica mais cedo. Muitos livros recentes sobre geopolítica são mais autópsias do que pensamento construtivo. Não há grande mérito espiritual no ceticismo quando ele é gerado pela animosidade. A indignação moral despertada pelo uso imoderado que os alemães fizeram da geopolítica fez com que muitos escritores renegassem esta ciência. No outro extremo de superceticismo colocam-se os pontos de vista expressos pelo professor NICHOLAS J. SPYCKMAN no seu livro *America's Strategy in World Politics*. Eis aí um sábio que, desiludido na sua fé, sobre a organização internacional, escreveu um tratado sobre os aspectos geográficos do poder político, um livro condenado por alguns como mera geopolítica americana. Contudo, no meu parecer, foi — e ainda o é — um livro valioso por que contrabalança a atitude prevalecente entre os americanos de fugir à realidade num mundo sonhador de panacéias políticas e econômicas. O professor INNIS cita como prova inequívoca da falta do ceticismo a reimpressão exata de *Democratic Ideals and Reality*. É uma observação interessante, mas o seu autor exagera-lhe a significação. A súbita popularidade do assunto abriu um novo mercado para esse clássico e as empresas editoras deram-se pressa em reeditá-lo. Essa reimpressão deu a muitos a oportunidade única de ler este trabalho, que convida a pensar, e de comprovar as suas conclusões à luz da experiência de 25 anos.

O professor INNIS faz algumas observações categóricas sobre os perigos da especialização intensiva, instando a que seja compensada pela coordenação. Acreditamos que a geografia pode efetivamente contribuir para integrar as ciências naturais e sociais. O limitado sucesso que tem logrado no cumprimento desta tarefa não diminui, ao nosso ver, esta possibilidade. As imperfeições, naturalmente, não deixarão de existir. Mas, se a necessidade é tão forte como insinua o professor INNIS, o que cumpre fazer é encorajar as tentativas neste sentido por um ceticismo construtor. Para isso convirá incentivar o trabalho em equipe entre os geógrafos e cientistas sociais.

O interesse em “estudos de áreas” recebeu um grande impulso nesta guerra, mas geralmente a falta da integração se fez sentir notadamente. Em seus “estudos de áreas” os geógrafos visam à compreensão dos fenômenos correlacionados na sua estrutura regional. O novo movimento é, portanto, em todos os pontos, caro a nós, desde que não caia no extremo oposto da mera especialização de áreas, concorrendo assim para acentuar a sua tendência para a superficialidade e falta de ceticismo. O exercício em uma disciplina especial, quer seja geografia, economia ou botânica contribuirá para construir os fundamentos de qualquer esforço erudito no sentido da coordenação. Resta ainda um ponto, que está implicado nesta discussão, mas que precisa de ser examinado isoladamente: Pode o geógrafo — ou outro cientista social qualquer — observar “objetivamente”, como os seus colegas das ciências físicas? Ou terá de limitar-se aos problemas estritamente acadêmicos? Em outras palavras, quais as relações entre a ciência social, a filosofia moral e a política? São questões que absorvem os perfilhadores da geografia política e os geopolíticos.

Em primeiro lugar, comportarão as nossas disciplinas diretivas morais? Esta questão, embora possa parecer supérflua, é suscitada pelo modo por que alguns leigos interpretam a geografia. BERNARD DE VOTO, comentando *Compass of the World* em “New York Herald Tribune”, recusa-se a aceitar os argumentos do professor SPYCKMAN sobre os prejuízos que a configuração da Terra inflingiria à justiça e à moralidade internacional” sancionando a destruição do fraco pelo que está armado do poder de destruição”. No último parágrafo do seu comentário, criticando o ensaio do Dr. BOWMAN, conclui: “A geografia política permite-nos crer que há uma base para aquela esperança (de paz) na configuração da Terra. A vista dessas interpretações não é necessário insistir que a superfície da Terra, em hipótese alguma, impõe um imperativo categórico à nossa conduta moral.

Há alguns anos passados, Sir WILLIAM BEVERIDGE, na sua mensagem de despedida ao London School of Economics, deu como uma das razões do estado insatisfatório das ciências sociais, o fato dos seus estudiosos se preocuparem ainda demasiadamente com a posição dos filósofos ainda que professem manobrar com fenômenos. Assim se expressa sobre os cientistas sociais que combinam suas pesquisas ou o magistério com as práticas de governo: "Um cientista social não pode fazer-se político pela palavra, escritos ou filiação em correntes partidárias, sem perder sua qualidade de investigador científico e de mestre". Exorta, depois, os seus colegas a abster-se da ação partidária e a imitar a neutralidade dos cientistas físicos. Sir WILLIAM levantou, aqui, uma questão verdadeiramente importante. As atividades do ilustre orador indicam que a separação das funções não é simples, mas isto não afeta o princípio em causa. Não se pode contestar que a filiação partidária compromete a integridade erudita. A própria fidelidade nacional, sobretudo em tempos de guerra, pode facilmente degenerar-se numa forma prejudicial de sectarismo. Se a escolha tivesse de oscilar entre o *forum* e a torre de marfim, o investigador científico deveria escolher esta última por sua residência. Atualmente, entretanto, há, entre essas duas posições, muitos pontos intermediários.

Os geógrafos jogam, diretamente ou indiretamente, com fatores que condicionam vitalmente o bem estar humano. Poderia ou deveria êle como erudito, evitar tôdas as expressões capazes de instruir a ação política? Suponhamos que estadistas presumam que em certa área se poderão fixar 10 000 000 de pessoas e o geógrafo conheça com absoluta segurança, baseado em estudos precisos, que, no máximo, um décimo daquele número poderia encontrar ali condições de subsistência. Deveria êle publicar suas conclusões, embora sabendo que poderiam ser usadas para fins políticos, ou, silenciar, preservando, assim, o seu isolamento acadêmico? Decido-me pela primeira alternativa. Do mesmo modo, quando o antropologista vê acenderem-se conflitos sociais baseados em convicções injustificadas ou superstições de caráter racial, é seu dever para com a sua ciência e para com a sociedade apontar-lhe a sem razão. Uma ação destas envolveria o cientista social em questões "políticas", mas convenhamos em que não há vantagem em combater o declínio de ceticismo, a que se refere o professor INNIS, com a cabal recusa de abandonar a torre de marfim.

Quanto mais nos distanciamos das situações correntes, mais habilitados ficamos para praticar o insulamento. O historiador economista que se ocupa com as corporações medievais ou o geógrafo historiador que estuda o cenário pré-histórico, estão longe da turba insensata, não há dúvida. Na verdade, porém, mesmo em estudos dêste gênero, o critério para solucionar o que é "importante" ou o julgamento das ações históricas dependerá, em última análise, da atitude, das propensões do sábio. Não se pode negar, portanto, que todo trabalho nas ciências sociais envolverá discernimentos pessoais, cultura, sentimento ou julgamento do estudioso.

Esta abstrusa, "dependente" natureza da geografia humana, aflige muitos dos seus estudiosos, que olham com inveja para a — talvez inexistente — simplicidade das ciências naturais, em que nenhum julgamento de valor empana a certeza das observações. Alguns há que chegam ao ponto de negar o valor de ciência a qualquer conhecimento que não resista ao teste da inteira objetividade. Uma diferente classificação formal não eliminaria, contudo, o problema. Sob não importa que nome a geografia humana, como a história, continuarão a viver, porque se relacionam com a vida mesma. Concedendo, pois, que os valores têm uma função na geografia, resta-nos advertir na diferença básica de orientação entre a ciência e a "filosofia moral": a primeira investiga o que é (independentemente da multiplicidade das facetas com que a realidade se apresenta aos olhos dos observadores); a última indaga o que *deve* ser. Afigura-se-nos que muitos escritores no campo da geografia política "ocupam-se demasiadamente em argumentar a posição dos filósofos". Denunciar a geopolítica alemã ou "poderios políticos" em geral, de par com profissões de boa vontade não é fazer pesquisa. Enquanto não conhecer o mundo um governo supremo, os poderes diferenciados entre os estados — dissimulados sob nomes e processos quaisquer — permanecerão um fator dominante nas relações internacionais. Estudar os aspectos geográficos dessas realidades corresponde a uma necessidade vital, por mais sombria, ou mesmo imoral que pareça êste trabalho a idealistas que preferem usar uma venda nos olhos. Entretanto, em parte por deferência à opinião pública, em parte por íntima convicção, muitos autores temperam as suas análises da realidade com uma dose tão forte de obscurantismo, que se tem dificuldade em saber se se trata de um sábio ou de um reformador. Ambas direções são necessárias; devem completar-se mutuamente no processo intelectual de cada cientista social. Como solvermos êste problema? A resposta só poderá ser individual, porque envolve uma questão de consciência científica. Honestidade intelectual e cons-

tante auto-criticismo deverão guiar o cientista, porque, como nos recorda o professor INNIS, é a procura da verdade e não a própria verdade que faz os homens livres.

Uma rápida leitura das duas teses defendidas, aqui, com igual brilhantismo, permite-nos deduzir algumas conclusões que se nos afiguram oportunas:

O professor INNIS, no seu debate, claramente descobre a sua simpatia pelo cientificismo. Mas o cientificismo que êle entende não significa, — pelo menos assim interpretamos — aquela orgulhosa abstenção da ciência dos negócios da vida e atividade práticas. O que êle sustenta, ao invés, é a independência da investigação científica e a fidelidade dos homens de ciência aos princípios desta. A ciência não deve tomar compromissos ou servir aos interesses, ou de um partido, ou de uma classe, ou de um grupo nacional. Os homens de ciência investigam *no interesse da ciência* unicamente, sem olhar ao que se passa no mundo político e moral. Mas com isso não se desliga dos designios superiores da humanidade, porque, no seu evoluer, com estar livre de ódios e aventuras nacionalistas, muito mais poderá construir de sólido e permanente. E os seus frutos serão de todos.

Na tese do professor БРОЕЦК, predomina o espírito utilitarista ou pragmatista. Argumenta êle que o nacionalismo sendo, como é, um fato cultural inelutável, ao geógrafo incumbe estudar-lhe os aspectos geográficos, encarando-o como um fenômeno tão natural como os fenômenos físicos. Não considera os princípios, mas os resultados. Portanto, segundo êle, a geopolítica deve existir, tem uma missão específica e não há como prescindir dela. O geógrafo não pode, no momento, ignorar o nacionalismo, sobrepor-se a êle, sob pena de conservar-se na atitude artificial de um idealista puro.

J.M.C.L.